

OS DISCURSOS SOBRE O NEOCOLONIAL INSTITUCIONAL EM MACAPÁ ATRAVÉS DOS ACERVOS OFICIAIS

Felipe Moreira Azevedo¹

Introdução - A Importância dos Documentos/Monumentos

“Todo o trabalho histórico decompõe o tempo passado” (Braudel, 2011, p. 263).

Essa afirmação suscita não uma discussão sobre as palavras em si usadas, mas a importância de reanalisar os seus significados. Quando se lê termos como “histórico”, “tempo”, e “passado”, relacionados em uma frase – como acima –, leva-se, em geral, a uma fase, época, período, etc., extremo longínquo. E sobre isto repassa-se um ensino da história baseado em fatos, momentos, ou como em Braudel (2011, p. 263) “(...) atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao acontecimento, habituou-nos, há muito, a seu relato precipitado, dramático, de fôlego curto”.

Estas são, segundo o teórico acima, as formas de caracterização do chamado *tempo histórico tradicional*. Todavia, o mesmo informa que essa percepção não é a única, pois existe a *nova história econômica e social* marcada por uma oscilação cíclica, baseada nos estudos de longa duração instantânea (*événementielle*) – atentado a acontecimentos, a dimensão do homem, da vida. E uma outra linhagem (secular) mais aplicada às ciências sociais, em outras palavras, “uma nova forma de relato histórico aparece, chamêmo-lo o ‘recitativo’ da conjuntura, do ciclo, até mesmo do ‘interciclo’, que propõe à nossa escolha uma dezena de anos (...)” (Braudel, 2011, p. 266).

Mas os historiadores, em especial dos séculos XIX e XX (Braudel, 2011), irão abordar e tratar seus focos de pesquisa pela percepção da longa duração. Todavia, aquela não deixa de ser trabalhada, ela não é negada, pois tal como afirmado por Braudel (2011, p. 267) “(...) a nova história conjuntural só se realizará plenamente quando tiver completado seu conjunto. (...), a transposição não foi a regra e realizou-se, sob nossos olhos, um retorno ao tempo curto”.

Entende-se, portanto, que no século retrasado e no passado houve uma revalorização tanto pela conjuntura social quanto econômica – embora esta fosse mais na prática da longa duração –, do retorno a curta duração nas análises sobre a história. Até que, por volta de 1929

¹ Arquiteto e Urbanista (FAU/ITEC/UFGA). Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFGA). Doutor em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFGA). E-mail.: arqlipe.moreira@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-6490-1217>

(Braudel, 2011), surge uma nova forma de observação sobre esta, chamada de “estrutura”, na qual o historiador passa a analisar em termos de *conjunto*.

Ou seja, não um único fato ou acontecimento, mas sim este e os processos que levaram ao seu desenvolvimento, pela qual esta prática torna-se uma forma de estabilizar a própria história e assim poder, em certa maneira, controlá-la ou comandá-la. E dentre os exemplos de conjuntos há as arquiteturas, que, assim como explanado ao conjunto de obras de arte de séculos passados, tornam-se documentos – em especial nas novas práticas de pesquisa.

Sob esta compreensão e a partir dos resultados e discussões integrantes da pesquisa “arquiteturas em busca de enquadramento: etnografando memórias e esquecimentos na Amazônia”, desenvolvida pelo Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO), o presente trabalho tem como foco observar e interpretar o discurso propagado pelas fontes oficiais de governo do Ex-território Federal do Amapá, sobre a linguagem neocolonial. A partir de embasamento teórico e *in loco* analisou-se estes como objetos de propaganda, sendo assimilados pela comunidade e tornando-se objetos de memória social.

Assim, como interpretar, atualmente, o desenvolvimento histórico? Braudel traz uma possibilidade através da, anteriormente mencionada, *história inconsciente*, ou seja, aquela que vai para além dos flashes. Em outras palavras, analisa-la não somente, ou tendo como base, aos acontecimentos de renome ou mais conhecidos. Mas, partindo de dinâmica diferente, tendo os modelos não como determinantes, porém como hipóteses, assim “o modelo estabelecido com cuidado permitirá, pois, focalizar, fora do meio social observado” (Braudel, 2011, p. 279).

Para este artigo selecionou-se como modelo o conjunto neocolonial projetado e construído no Ex-território Federal do Amapá, especificamente na época do então governador Capitão Janary Gentil Nunes (1944-1949-1956) (Azevedo, 2024), abordando os discursos nos arquivos oficiais (relatórios e jornais). Não objetivando apenas analisar pelo viés da duração, mas “(...) a realidade que eles registram” (Braudel, 2011, p. 285), significâncias e estruturas, e as rupturas e/ou deterioração que as marcam, não só na realidade social, mas para as transformações que passaram até a contemporaneidade, refletidas na vida (símbolos e signos) e pátina temporal.

Sobre esta percepção atenta-se a Le Goff (2003, p. 535) quando afirma “a memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*”. Neste caso, se relaciona com a busca pela preservação entre a comunidade e os órgãos de competência quanto a questão da patrimonialidade. Ou seja, como agentes que articulam formas de autenticar as obras através de suas experiências pessoais com as condutas

convencionais do meio aliadas aos signos e sensações, e também as memórias/lembranças que as arquiteturas auxiliam a construir seus repertórios de valores culturais (Poulot, 2009).

E aqui vê-se a importância de saber trabalhar (utilizar) os acervos que chegam até o pesquisador. Pois, os mesmos são partes de um passado a qual deseja-se conhecer e abordar, mas não como um artefato cujo senso represente a toda a época pesquisada. “O *monumentum* é um sinal do passado. (...), é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação (...)” (Le Goff, 2003, p. 535). Assim, monumentos são como heranças de um determinado passado, podendo ser variados objetos desde escultura, pintura, arquitetura, à registro escrito, etc. Logo, transformam-se em *documentos*, produtos que embora resulte de uma seleção do historiador, passam a ser tidas como provas históricas.

Essa percepção prática de análise chega ao século XIX, e será, segundo Le Goff (2003), a base de uma revolução no estudo de documentos. Marcada pela busca por novas formas (métodos) de se reunir a memória coletiva e a história, assim o termo documento passa a se sobrepor ao conceito de monumento. Ou seja, no início os textos eram considerados como produtos monumentos, pois serviam como documentos de memória (coletiva e individual). Posteriormente estes deixam de ser vistos como monumentos e sim como documentos, que são identitários de valor.

Portanto, o documento passa a ser armazenado e manejado como um banco de dados, (Le Goff, 2003), influenciando a memória coletiva na qual aquela deve ser submetida a uma *crítica radical* – a mesma discursada por Mabillon, aprofundada e aperfeiçoada nos *Annales*. Le Goff (2003) afirma a importância dos arquivos como documentos/monumentos, algo que necessita de independência da revolução documental – embora não se negue sua importância – , que precisa de análise crítica do documento como monumento, ou seja, com rigor. Logo, o documento não é inócuo, deve-se ter objetividade, clareza e crítica ao seu estudo e uso como fonte de pesquisa historiográfica.

A Linguagem Neocolonial Macapaense, a partir dos Acervos Oficiais

Em pesquisas anteriores já estávamos em posse de um documento que pode ser considerado como a base para entender parte das ações do governo de Janary Gentil Nunes, incluindo o processo de construção de algumas obras, ainda existentes (preservadas ou já intervidas) e outras já demolidas. O mesmo se trata do relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá, de 1946, obtido em pesquisas documentais anteriores, no acervo físico do Museu Joaquim Caetano da Silva.

Nele o discurso é marcado pela exaltação do novo governo, que utiliza as arquiteturas projetadas como forma de propagar o chamado *progresso social* que se vê na então capital do território. Assim, o explanado neste relatório é voltado para essa finalidade apenas, procurando concretizar o novo ideário político. Todavia, o que se procura também compreender é como as arquiteturas foram utilizadas como atrativo ideacionário às massas, haja vista que o relatório se trata de um documento técnico apresentado ao então presidente da República, e não ao povo.

Com o intuito, portanto, de detectar como as obras foram utilizadas nos discursos de governo às massas optou-se por pesquisar arquivos mais acessíveis à população, selecionando os registros do jornal Amapá criado pelo governo do Ex-território. Assim, a pesquisa das arquiteturas neocoloniais em Macapá tem como base o levantamento de dados (documentais, entrevistas, questionários, levantamentos de campo – fotográficos e etc. –, levantamento virtual – *google maps* e etc.), a fim de obter informações a respeito de construções da fase de Ex-Território Federal do Amapá (1943 - 1988) (Azevedo, 2024). Para isso, organizou-se o sistema de estudo-pesquisa-campo a partir de duas linhas de ação (prática e a teórica).

Para este artigo destaca-se a linha teórica esquematizada em três modalidades, das quais o último módulo foi realizar pesquisa de campo na biblioteca pública Estadual Elcy Lacerda, atentando as fontes primárias dos jornais da época do Ex-Território, e no Museu Joaquim Caetano da Silva, analisando os registros fotográficos do governo de Janary Gentil Nunes (Azevedo, 2024). Na biblioteca pública obteve-se êxito na seção de obras raras onde teve-se acesso aos arquivos do jornal Amapá, que para fins de pesquisa delimitou-se a fase entre 1945 a 1956 – período de mandato do governador do Ex-Território Janary Gentil Nunes.

Para esta parte da pesquisa voltou-se a analisar/estudar 38 volumes (livros), que correspondem aos anos de publicação – vale ressaltar que como jornal a publicação era diária. Assim, abaixo (quadro 1) tem-se o ordenamento dos volumes estudados.

Quadro 1 – Esquema da divisão de volumes por ano do Jornal Amapá.

LEVANTAMENTO DO JORNAL AMAPÁ	
1945	2 VOLUMES
1946	2 VOLUMES
1947	3 VOLUMES
1948	3 VOLUMES
1949	2 VOLUMES
1950	2 VOLUMES
1951	4 VOLUMES
1952	2 VOLUMES
1953	2 VOLUMES

1954	4 VOLUMES
1955	8 VOLUMES
1956	4 VOLUMES

Fonte: AZEVEDO, Felipe Moreira. 2021.

O levantamento teve início em agosto e findou em outubro de 2021. O mesmo foi o mais válido acerca de pesquisa teórica, pois é onde se encontra a maior quantidade de dados sobre as obras neocoloniais em Macapá e do Amapá na época de suas construções, inaugurações e usos, no momento em que a estética neocolonial estava sendo aplicada e desenvolvida no estado, permitindo conhecer e aprender mais sobre as obras ainda existentes. Mas, mais interessante foi encontrar outras produções não comentadas no relatório de 1946 e de outras já demolidas da cidade de Macapá, o que corrobora a importância desta pesquisa.

Com base no relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá, pode-se também utilizar o acervo do jornal Amapá, localizado na Biblioteca Pública, como outra fonte documental para analisar as informações que são apenas indicadas no referido relatório, mas que nos jornais eram mais abordados e divulgados haja vista que os mesmos eram uma forma de apresentar à sociedade/comunidade as mudanças e o próprio crescimento (progresso) pelo qual a cidade capital e o território estavam passando.

Pela figura 1 se verifica que a qualidade dos documentos é boa, porém requer constantes manutenções, o que pouco se viu no período em que se esteve em visita técnica. Porém, a oportunidade de poder manusear os arquivos foi produtiva, pois se pode obter outras fontes fotográficas, que o relatório não apresenta, a respeito de obras da linguagem neocolonial institucional que existiram e outras que ainda podem ser vistas em Macapá.

Figura 1 – Folha e recortes do jornal Amapá.



Fonte: AZEVEDO, Felipe Moreira. 2021.

Inclusive as análises das fotografias, como as apresentadas acima, também auxiliaram para verificar as prováveis alterações/modificações morfológicas e estético compositivas pelas quais algumas arquiteturas passaram, como os casos da Escola Estadual Barão do Rio Branco (Bastos; Nery; Azevedo, 2021), o Hotel Macapá, e outros. Assim como auxiliou para entender a forma como estas obras eram usadas como fontes de propaganda do governo para sua forma de política, a partir da divulgação das novas construções como representantes do progresso político-econômico-social que chegava à região.

As imagens para a pesquisa são tratadas como evidências históricas (Burke, 2004). São vestígios que nos auxiliam a desenvolver as análises na construção das histórias das obras, no caso as arquiteturas neocoloniais em Macapá. “(...), focalizando o cotidiano e as experiências de pessoas comuns” (p. 15). Logo, são indícios ou fontes que “permitem a nós, posteridade, compartilhar as experiências não-verbais ou o conhecimento de culturas passadas” (p. 17).

Assim, a proposta ao abordar estas fotografias do jornal Amapá e o discurso presente na sua escrita, serve para não só defender, mas ilustrar as fases pelas quais estas obras passaram até a contemporaneidade como testemunhos visuais. Que ao serem interligadas com as informações (imagens e texto) presentes no relatório de 1946, auxiliam a apreender detalhes não somente estético-arquitetônicos como da ideologia a qual se tornavam representantes, como fontes de propaganda.

A Análise Documental Oficial

O historiador não deve desistir (Pizza, 1999). Esta pode ser uma forma de se motivar a continuar nas pesquisas documentais historiográficas, com atenção a questão da arquitetura. Portanto, a história não possui uma única função, ou seja, um único objetivo. Ela apresenta todo um percurso, não apenas linguístico mais textual, que a encadeia e armazena seu sistema operativo, fazendo desta ou daquela história uma das poucas atividades em que existe a presença de certa onipresença que por vezes torna-se útil.

Hoje, como no passado, as grandes histórias são controladas pelo poder. Antes pelos reis e imperadores, agora sob o poderio do capital, dos grandes mercados e do poder público, que acabam por dominar parte considerável do tecido social, convertendo os cidadãos a ficar à mercê de uma antiga, porém efetiva forma de controle cuja crise pode gerar agressivas e aniquiladoras consequências. Acerca desse controle, destaca-se também o antigo relatório das atividades do governo do território federal do Amapá apresentado ao então presidente Getúlio Vargas. Nele vê-se o discurso, a partir de palavras como: possibilidades, luta, desenvolvimento, afirmação, e etc. serem aplicadas em prol de defesa as intervenções e as decisões praticadas ao então território, não apenas na ideia de salvaguarda como no princípio de heroísmo construído.

Firmamos, como premissa fundamental de nosso trabalho, a crença no futuro do Amapá, considerado transitória a sua fama de insalubridade, realizável o soerguimento do nível de vida do seu povo e segura, em curto prazo, a sua transformação econômica, zona ativa de enriquecimento nacional (Amapá, 1946, p. 5).

Portanto, vê-se a transformação da história onde tem-se a perda ou degradação do caráter individual fazendo da coletiva, ou seja, a história do povo ser o centro de equilíbrio social, com base no discurso político de enriquecimento nacional. Assim, a natureza da história do poder transmite que toda a base, origem e continuidade da realização da humanidade seria "(...) um desenho interpretativo completamente vazio de sentido" (Pizza, 1999, p. 8, tradução nossa)², pois a base da história seria, desde a época industrial, a transmissão do saber técnico.

A partir desse ponto de vista entende-se que cada época ou cada civilização encontra sua própria maneira de contá-la. Assmann (2011) já dizia que a memória coletiva não é totalmente confiável, pois ela é uma miscelânea de memórias individuais que vão se amalgamando. Assim ocorre com a história de um povo, por isso a atenção ao analisar relatos históricos de uma cultura baseada em fenômenos universais ou em experiências comunitárias.

Figura 2 – Prédio do Grupo Escolar de Macapá em construção.

² "(...) un diseño interpretativo completamente vacío de sentido" (Pizza, 2002, p. 8).



Fonte: AMAPÁ. 1946. p. 34.

No caso do relatório, dividido em 11 partes, detivemo-nos a analisar três dessas (educação, saúde e obras), onde constam detalhes sobre algumas arquiteturas neocoloniais projetadas e idealizadas na referida época. Como o caso da primeira arquitetura para fins educativos, o “grupo escolar de Macapá” (figura 2), hoje Escola Estadual Barão do Rio Branco – projetada em 1944. O discurso em sua inauguração enaltece a superação do atraso da região Norte pela leitura, enfatizando o progresso via meios de comunicação, como o rádio:

Nas regiões onde a ignorância predomina, que a que impede o homem de ler livros, jornais e cartazes, por analfabetos, a que não deixa ouvir diariamente preleções pelos rádios receptores, porque não só a miséria generalizada não permite a aquisição em número razoável, como também o espírito conservador arraigado despresa a inovação ao luxo de gente rica (...) (Amapá, 1946, p. 32).

É nesse preâmbulo histórico que a arquitetura neocolonial fora usada para propagar o discurso governamental, atento a procurar “(...) incuti[r] em cada indivíduo a noção de que pertence à coletividade brasileira; difundindo as diretrizes da geopolítica nacional de forma simples e acessível, para que se tornem cogitação popular; plasmando a ânsia de melhorar seu corpo, sua família, sua pátria” (Amapá, 1946, p. 32).

Nessa linha, o relatório aborda sobre o tópico educação e entre outras obras três exemplares neocoloniais são mencionados: um já comentamos acima, os outros tratam-se da anterior “Escola Profissional Getúlio Vargas”, idealizada em 1944, projetada e construída em 1949, pelo Decreto-Lei nº 101-A/49-GAB, hoje conhecida como Escola Estadual Antônio Cordeiro Pontes; a a antiga “Escola Doméstica de Macapá”, idealizada na década de 40, do século XX, com construção iniciada entre 1951 e 1952, hoje nominada Escola Estadual Irmã Santina Rioli (Azevedo, 2024).

Por estas obras mencionadas vê-se os processos de desenvolvimento pelos quais Macapá passava. E no que concerne as características arquitetônicas, a linguagem neocolonial foi a estética selecionada como a representativa do governo do então Território, pois, também

ocorrera a nível federal. O governo Vargas a selecionou como representativa, a exemplo das antigas Escolas Agrícolas do interior do Rio de Janeiro e São Paulo (Mascaro, 2008). Assim, o ano inicial do Território fora marcado por este processo de instalação do governo, que na arquitetura é marcada pelo apagamento de edificações coloniais para a construção de outras, modernas a época.

E sobre isto, atenta-se que o Amapá, por ser um Ex-Território, possuía relação direta com o governo federal, presidido por Getúlio Vargas, e em relação a novos modelos e padrões arquitetônicos, compreende-se a mesma influência (Bastos; Nery; Azevedo, 2021). Portanto, a história não possui apenas uma ordem de ser contada, ou uma estrutura, pelo contrário, o que se procura esboçar aqui é uma delas, interpretando como a linguagem arquitetônica neocolonial fora utilizada como eixo valorativo para um discurso político (Estado Novo). Logo, a história não é *totalizadora*, pois há várias formas de ser mostrada e contada, investigada e analisada.

Todavia, é fato evidente e contundente que a história contada por alguns se torna para muitos a unificação da verdade absoluta. No passado viu-se poderes serem erguidos em vários países, pois tais homens fizeram uso dos fatos e acontecimentos para contar uma versão da história, tornando-a uma espécie de *identidade* perante suas próprias leis. E sobre este ponto, a linguagem neocolonial em Macapá ganha maior conotação política, pois tratavam-se de obras institucionais que acabavam tornando-se eixos irradiadores e representantes do “progresso”.

Em outra parte do relatório, sobre a saúde, vê-se o discurso do poder/oficial quando se lê “o espaço mais grave a modificar no Amapá era e é o estado sanitário. Sem saúde o homem não pode ser feliz. O desperdício do capital humano brasileiro nesta região é considerável. (...). Ainda assim é o filho da terra o que mais trabalha nas tarefas árduas” (Amapá, 1946, p. 69). Este discurso protetoral continua com “é indubitável, porém que recuperar a saúde dessa gente será ganhar o melhor braço e o colono mais seguro para o futuro do país”.

“Desperdício”, “capital humano”, “ganhar o melhor braço”, são chaves ao entendimento estrito desta população enquanto força de trabalho, em que o *progresso* ocorre pelo uso destes mais como mão de obra e não na condição de cidadãos. E as arquiteturas neocoloniais tornam-se elementos materiais/físicos desta política varguista, sendo expoentes à ideologia de identidade comum/única a nação, homogeneizando o país, pois “tudo ainda está por fazer, apesar de havermos empregado a totalidade de nossas forças para concretizar o ideal do Amapá rico e feliz, integrado a civilização brasileira” (Amapá, 1946, p. 8).

Acerca deste tópico do relatório destaca-se obras na linguagem neocolonial não projetadas na capital, Macapá, mas em outros municípios do estado, como em Oiapoque,

Amapá e Mazagão. Assim, detecta-se algo não explorado no relatório, mas subtendido; o registro de que esta linguagem se espalhou para outras regiões, além de que os projetos não eram completamente elaborados pelo então departamento de Planejamento e execução de obras.

A exemplo das residências para funcionários do governo, constantes no tópico Obras, pois “do ministério da justiça e negócios interiores recebemos projetos para construção de casas residenciais de 3 (três) tipos diferentes. E’ plano de Govêrno a construção de oito (8) casas dêsses tipos, para residência de Diretores de Departamento” (Amapá, 1946, p. 103). Aqui destaca-se a interpretação de Pizza (1999) quando relaciona os fatos históricos como o princípio dos estilos, ou seja, em cada época caracteres serão destacados através das relações humanas, seus sentimentos e ações irão marcar a forma de ser do homem desta época. Sobre as obras, destacam-se ainda a residência do governador e o Grande Hotel Macapá (figuras 3 e 4).

Figuras 3 e 4 – Residência do Governador e antigo Grande Hotel Macapá, respectivamente.



Fonte: AMAPÁ. 1946. p. 103 e 111, respectivamente.

E sobre esta, pelo relatório, “o seu estilo colonial, o conforto que permitirá e a disposição esmerada de seus compartimentos, além da paisagem do rio Amazonas que se estende à sua frente, permitirão ao visitante melhor impressão da terra que lá fora é tanto malsinada” (Amapá, 1946, p. 99). Essa fala traz a percepção da arquitetura como forma não só de representatividade política interna, mas como maneira de atrair os que estão a parte. Ou seja, a função destas edificações eram de, também, servirem como eixos de atração e atenção ao crescimento pelo qual o Território estava passando, a fim de que novos investimentos pudessem vir para a região procurando, assim, melhorar sua *impressão* negativa.

Essa compreensão não só é clara no relatório, como também era bem divulgada nos jornais de época, como o jornal Amapá. Porém, sobre outra égide, como uma valorização da arquitetura tendo em foco o discurso de progresso que o então governo estava a trazer para a região, servindo estas, também, como a personificação dos homens que são tratados, genericamente, como a representação do homem daquela época, incluindo elementos de cunho universal como economia, hierarquia social e até mesmo a visão psicológica.

Considerações Finais sobre o Neocolonial Macabeiro

Pelo relatório de Janary Gentil Nunes percebe-se que a história é baseada em um discurso cultural cujo princípio é organizar em meio a formas institucionais, que através de ideologias concretas, governaram a partir de convenções do poder público. Para tanto, objetivando entender esse processo e, principalmente, como foi construída a história, buscou-

se neste artigo analisar parte deste passado, ou seja, investigar esta sociedade a fim de analisar o discurso histórico dessas obras neocoloniais na atualidade.

Onde este passado será visto no presente? a partir das inquietudes e esperanças do historiador em construir um saber que seja capaz de consolidar uma memória coletiva, assim como na contribuição da transmissão do conhecimento através de uma atitude crítica capaz de reinterpretar o passado, influenciando o presente e projetando o futuro, tendo como base a linguagem neocolonial existem em Macapá.

Nesse sentido os estudos e análises dos arquivos oficiais permitiram aprofundar essas percepções sobre como as arquiteturas eram utilizadas pelo governo como formas de objetos de propaganda ao progresso que procuravam trazer para a região. Os discursos na escrita dos jornais também influenciavam na forma como a sociedade/comunidade via e valorizava estas obras, e delas o seu governante na época.

Portanto, a partir dessa interpretação vê-se a importância dos arquivos e acervos oficiais para a história social e a política nelas existentes, pois são formas pela qual a própria história é contada e transmitida. Assim como na arquitetura, a política, por vezes, ditou normas e padrões estilísticos. Na história de um povo ela também influenciou, principalmente, através da disseminação de ideologias que tinham na arquitetura uma base forte de legitimação.

Referências

AMAPÁ, Território Federal. **Relatório das atividades do governo do Território Federal do Amapá**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

AZEVEDO, Felipe Moreira. A Significância Cultural Patrimonial: percepções sobre o valor da arquitetura neocolonial no Norte do Brasil. **Tese** (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

BASTOS, Ananda B; NERY, Paula Flores; AZEVEDO, Felipe Moreira. A arquitetura e seus papéis como documento: análise da estética neocolonial presente na Escola Barão do Rio Branco, em Macapá-AP. In.: **Anais 7º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: < <https://www.even3.com.br/ana-is/arqedoc2021/395045-a-arquitetura-e-seus-papeis-como-documento--analise-da-estetica-neocolonial-presente-na-escola-barao-do-rio-branc/> >. Acesso em 29 de setembro de 2025.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração [1958]. In: NOVAIS, F. e SILVA, R. (Orgs.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011, p. 87-127.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

MASCARO, Luciana Pelaes. Difusão da Arquitetura Neocolonial no Interior Paulista, 1920-1950. **Tese** (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área, Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008.

PIZZA, Antonio. La Construcción del Pasado: reflexiones sobre historia, arte y arquitectura. **Revista de crítica y teoría de la arquitectura**, Nº. 2, 1999, págs. 113-124. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3985377>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.